

A HISTÓRIA DA MASTURBAÇÃO: DA ESTIGMATIZAÇÃO E INSANIDADE ATÉ À NORMALIZAÇÃO

RICARDO SOARES NOGUEIRA¹, RITA LOUSADA¹, CATARINA EUSÉBIO¹



¹Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, Hospital Beatriz Ângelo

Diretora de Serviço: Maria João Heitor

E-mail: ricardo.soares.nogueira@hbeatrizangelo.pt

Introdução

A masturbação tem tido variações significativas na sua perceção, dependendo do contexto histórico e cultural. A crença de que a masturbação é prejudicial tem raízes em interpretações bíblicas, sendo o onanismo um dos primeiros conceitos que contribuíram para a visão negativa da masturbação, termo amplificado por Tissot que falava numa crise de saúde pública. Autores dos séculos XVIII e XIX atribuíram uma variedade de doenças físicas e mentais à masturbação. Esquirol afirmou que a masturbação era uma causa de insanidade. Hitchcock escreveu no Boston Surgical Journal que havia observado casos fatais atribuídos exclusivamente à masturbação. Henry Maudsley cunhou o termo “Insanidade Masturbatória”, descrevendo a masturbação como causa de uma forma de insanidade. Também foi considerada uma forma de exaustão nervosa, contextualizada na neurastenia sexual. Foram implementados métodos como a sutura do prepúcio e clitoridectomias. No início do século passado, Kinsey, Masters e Johnson contribuíram para desmistificar e naturalizar a masturbação.

Objetivo

Revisão narrativa da literatura sobre as diversas visões da masturbação ao longo da história da psiquiatria.

Métodos

Pesquisa na PubMed usando como termos-chave “masturbation insanity”, “masturbation psychiatry”, “history of masturbation”.

Resultados e Discussão

A origem da palavra

Etimologicamente, a palavra masturbação nasce do latim, *masturbare*, que significa profanar com a mão. Já na Irlanda Antiga a definição era de “amor próprio”, tendo sido modificada pelo cristianismo para “auto-injúria”. Atualmente, define-se como estimulação sexual dos próprios órgão sexuais ou de outrem para obtenção de prazer.

Grécia Antiga

Na Grécia Antiga, a masturbação era natural e comum, apesar de ser levada a cabo sobre tudo por mulheres e escravos, tidos como o “anti-ideal”. Os homens das altas camadas sexuais priorizavam relações sexuais procriativas, no sentido de engrandecer a sua linhagem, ou recorriam a escravos para alívio sexual.

A Igreja Católica

A Igreja Católica apresenta uma visão pecaminosa da masturbação, por corresponder a uma atividade sexual não procriativa. A história de Onan é o estandarte desta visão, sendo que, nesta passagem do livro de Genesis, Deus comanda a Onan que, após a morte do seu irmão, engravide a sua cunhada para garantir a continuidade da linhagem familiar, mas Onan desobedece e “derrama a sua semente no chão”, o que lhe custou a vida. Contudo, trata-se de uma interpretação errada, uma vez que a história refere-se primariamente à desobediência a Deus e num segundo plano ao coito interrompido. A masturbação adquire então a denominação de onanismo, e passa a ser estigmatizada e criminalizada em vários momentos ao longo da história, como por Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que a pune com a pena de morte.

A Ciência

Em 1758, Samuel Tissot, um neurologista suíço, publica o livro *L’Onanisme*, onde faz uso da ciência para relacionar a masturbação à insanidade, o que reforça ainda mais a crença judaico-cristã da nocividade da masturbação. A partir de então surgem vários relatos e publicações, no seio da comunidade científica, onde associam a masturbação a diversas perturbações como a neurose, a neurastenia, a histeria e a insanidade. Tendo por base o referido, surgiram vários tratamentos como elixires e recomendações dietéticas.

Resultados e Discussão

No século XIX, Sylvester Graham e J. H. Kellogg aconselham uma dieta anti-masturbatória, primariamente direcionada para crianças, tendo por base as bolachas *Crackers* da Graham’s e os cereais *Cornflakes* da Kellogg’s, chegando o último a propor também que os cereais deveriam ser servidos com leite frio para diminuir o calor corporal, garantindo assim o cultivo da castidade. Também foram propostos o enfaixamento dos órgãos genitais e o amarrar as mãos da criança aos ferros da cama durante a noite.

No século XX, os meios de tratamento, desta feita na população adulta, incluíam a contenção física, a aplicação de sanguessugas nos órgãos genitais, a castração, queimaduras dos genitais com ferros quentes ou com corrente elétrica e a clitoridectomia.

Em 1918, Havelock Ellis vai na contramão das correntes científicas da época e descreve a masturbação com natural e um meio essencial de evasão, apontando o seu efeito sedativo e calmante. Contudo, alerta para o excesso desta prática pode culminar numa perturbação psiquiátrica designada por neurastenia, que teria por base o enfraquecimento do sistema nervoso central.

Sigmund Freud salienta que a masturbação prejudicaria a genitália e o desenvolvimento psicosexual e moral, sendo um fator desencadeante de neuroses. Posteriormente, este autor, ao verificar o resultado da abstinência sexual em diversos indivíduos, reitera que a masturbação poderá prevenir neuroses, que hipotetiza, por fim, serem resultado da repressão sexual.

Wilhelm Stekel, um psicanalista austríaco, discípulo de Freud, reconheceu a inocuidade da masturbação, explicando que as neuroses teriam por base a repressão de necessidades humanas, como o impulso masturbatório.

A normalização da masturbação só começou a ver a luz do dia pelas mãos de Alfred Kinsey e dos seus colaboradores, após a publicação das obras *Sexual Behavior in Human Male* e *Sexual Behavior in Human Female*, nos anos de 1948 e 1953, respetivamente. Masters e Johnson também prestaram um importante contributo para este feito, após a publicação dos resultados laboratoriais, onde descreviam respostas sexuais fisiológicas, normalizando as mesmas, e destigmatizando a masturbação, principalmente a feminina.

Em 1972 que a Associação Médica Americana declarou a masturbação como atividade sexual normal.

Conclusão

A história da masturbação reflete não apenas as mudanças culturais e científicas ao longo dos séculos, mas também as complexas interseções entre a psiquiatria, moralidade, religião e medicina. Desde os tempos antigos, a masturbação foi amplamente discutida e julgada por várias lentes, sendo ora condenada como um ato pecaminoso, ora vista como uma prática natural da sexualidade humana. No século XVIII e XIX, a medicina e a psiquiatria trouxeram uma patologização da masturbação, associando-a a doenças mentais e físicas. Essa visão foi amplamente difundida por meio de publicações médicas e educacionais, levando à criação de mitos persistentes sobre a masturbação.

No entanto, a segunda metade do século XX, marcada uma revolução significativa desta matéria. A masturbação passou a ser vista de forma mais positiva, com estudos modernos reconhecendo seus benefícios potenciais para a saúde mental e física. A psiquiatria contemporânea reconhece a masturbação como uma prática comum e saudável para a maioria das pessoas, desde que não interfira negativamente no funcionamento diário.

Em resumo, a história da masturbação é uma narrativa de evolução cultural e científica, demonstrando como o entendimento sobre a sexualidade humana foi moldado e transformado ao longo do tempo.

(1) Zachar, P., & Kendler, K. S. (2023). Masturbatory insanity: the history of an idea, revisited. *Psychological medicine*, 53(9), 3777–3782. <https://doi.org/10.1017/S0033291723001435>; (2) Kosenko, O., & Steger, F. (2022). Masturbation as a Cause of “Sexual Neurasthenia”: Anton Chekhov’s Medical Report (1883). *The Journal of nervous and mental disease*, 210(9), 697–701. <https://doi.org/10.1097/NMD.0000000000001522>; (3) ENGELHARDT, H. T. (1974). THE DISEASE OF MASTURBATION: VALUES AND THE CONCEPT OF DISEASE. *Bulletin of the History of Medicine*, 48(2), 234–248. <http://www.jstor.org/stable/44447545>; (4) Singy, P. (2004). The History of Masturbation: An Essay Review. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* 59(1), 112–121; (5) Neuman, R. P. (1975). Masturbation, Madness, and the Modern Concepts of Childhood and Adolescence. *Journal of Social History*, 8(3), 1–27. <http://www.jstor.org/stable/3786713>